

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE OUTUBRO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de colocarmos a Ata em votação, é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome dos Senhores Deputados, saúda a presença em nosso meio do Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Artagão de Mattos Leão, que nos honra com a sua presença, bem como o nosso colega Secretário ilustre Deputado José Tavares, também conosco divide a representação neste Parlamento.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 379/98, de minha autoria, que dispõe sobre a contratação de músicos paranaenses e execução de músicas produzidas no Estado, em eventos e programas de rádio e televisão.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Senhor Doutor Gilberto Giacóia, Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo que se faça presente à próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja designada a data de 26 de novembro de 1998, às 15:00 horas, para a realização de Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Engenheiro Tage Karlsson, aprovado pela Lei nº 12.232, de 20 de julho de 1998.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Ruberval Jumes, ocorrido no último dia 17 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva Senhora Verônica Esser Jumes, através de correspondência a ser encaminhada a Rua 7 de setembro, s/n - CEP 85260-000, Município de Manoel Ribas, Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Senhor Geraldo Tollens Linck, ocorrido na Cidade de Porto Alegre, no dia 10 do corrente mês.

Requer mais, que da manifestação desta Casa representativa do povo do Paraná seja dado ciência à família do ilustre homenageado falecido, através do Senhor Afrânio Bordinassi, Gerente da filial Curitiba, da firma Linck S/A.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Geraldo Tollens Linck, nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 24 de novembro de 1927, e faleceu em 10 de outubro último, aos setenta anos de idade. Foi um empresário bem sucedido, esportista, autor de quatro livros. Mas a obra de que ele mais se orgulhava era o Projeto Pescar, iniciado com a Escola Técnica Linck para menores carentes. Hoje essa iniciativa benemérita se espalhou pelo Brasil, com mais de 30 núcleos que já formaram perto de três mil jovens de uma profissão, inclusive no Paraná, através da Escola Técnica Tibagi, mantida pela firma construtora do mesmo nome.

Homem de ação, Geraldo Linck se preocupava em retirar rapazes pobres da marginalidade, mas sem assistencialismo, dando-lhes oportunidade de aprender um ofício capaz de lhes assegurar o sustento e a dignidade, fiel ao princípio de que “em vez de dar o peixe é melhor ensinar a pescar.”

Outros empresários observaram e copiaram a atividade de Geraldo Linck, surgindo a Fundação Projeto Pescar, com mais de 30 empresas participantes espalhadas pelo Brasil, cobrindo diversos ramos da economia: indústrias, mecânicas e de transportes, construtoras, prestadoras de serviços, etc. O padrão é simples: são aceitos jovens de 14 a 18 anos, que saibam ler e escrever, selecionados a partir do critério de carência, isto é, não terem outra forma de aprender uma profissão técnica.

Além do aprendizado prático - lidando com equipamentos e aparelhos, os alunos recebem noções de higiene, segurança no trabalho e civilização - em suma, aprendem a respeitar o próximo, fazer amigos, desenvolver o espírito de iniciativa, ganhando a postura civilizada que chamamos de Educação. Ao criar uma fundação que oferece suporte a empresários interessados em abrir novos cursos no Brasil, Geraldo Linck dizia tratar-se de

uma “franquia social e gratuita”, beneficiando “jovens que tiveram uma oportunidade e souberam aproveitá-la”.

Os fatos comprovam sua tese: pesquisa recente mostrou que na maioria os 2.700 formados constituíram família, tornaram-se profissionais bem remunerados; muitos deles ocupam cargos de chefia e outros se estabeleceram como empresários ou autônomos.

Ainda em vida de Geraldo Linck - diplomado Cidadão Honorário de Porto Alegre - foram feitas distinções para o Projeto Pescar: prêmio Eco de Educação Comunitária da Câmara Americana de Comércio em 1991; chancela da UNESCO e muitas outras. Por ocasião de seu falecimento seus amigos e admiradores de Curitiba mandaram celebrar missa memorial.

Agora, propomos que a Assembléia Legislativa expresse o pesar do povo do Paraná pela perda de um empresário que foi bem sucedido nas suas atividades empresariais, e ao lado, concretizou o postulado de que “a Educação é responsabilidade de todos nós”, deixando para a posteridade um belo exemplo de vida, que cumpre enaltecer e cuja memória devemos honrar.

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Reinaldo Simonetto, ocorrido em 14 de outubro próximo passado, no Município de Ampére.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste à Senhora Irma Pierina e ao Senhor Gilberto Luiz Simonetto, respectivamente, viúva e filho do extinto, à Rua 15 de Novembro, 438, em Ampére - PR.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 20 de abril de 1920, na Cidade de Veranópolis, Rio Grande do Sul, Reinaldo Simonetto era casado com a Senhora Irma Pierina, com a qual tinha 08 filhos.

Pioneiro do Município de Ampére, para onde veio há 35 anos, inicialmente com uma pequena madeireira, Reinaldo Simonetto exerceu também o ramo da pecuária, e finalmente estabeleceu-se com uma indústria de móveis.

Na área política, foi Vereador, sempre atuante em todos os segmentos onde era solicitado.

Seu falecimento deixa consternados seus familiares e grande número de amigos.

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata desta sessão um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria da Luz Buquera de Freitas Oliveira, a virtuosa Dona Lia. Deixa o esposo Desembargador Leandro de Freitas Oliveira e os filhos Maria da Conceição, Leandro Júnior, Lincoln e Evandro.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, moção de pesar, pelo falecimento do Senhor José Muller, ex-Prefeito da Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, ocorrido no dia 17/10/98.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Tiradentes, 165 - Centro - CEP: 83880-000, Rio Negro - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, moção de pesar, pelo falecimento do Senhor José Muller, ocorrido no dia 19/10/98. O Senhor José Muller, homem público da Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, onde foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal, e Prefeito Municipal por dois mandatos, realizou durante suas atividades como homem público, naquela municipalidade, diversas obras de grande relevância para a comunidade, visando a melhoria e o bem estar dos munícipes, principalmente aqueles menos favorecidos, no que tange os aspectos da saúde, da educação, da cultura, do esporte, do lazer, e demais seguimentos da sociedade.

O Senhor José Muller, deixa a Senhora Alayr Soares Muller, três filhos e seis netos, assim como um legado de vida pública, que merece ser seguido pelas novas gerações.

Face ao exposto, e considerando a importância das obras deixadas pelo Senhor José Muller, durante suas atividades como homem público, na Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, é que proponho que seja concedida por esta augusta Casa de Leis, a presente moção de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações, aos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, pela comemoração do Dia do Agrônomo, no dia 12 de outubro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do corrente aos homenageados, Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, Rua Marechal Deodoro, 211, 7º andar, CEP: 80019-320.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações ao Empresário de Curitiba Rubens Brustolin, pela aclamação ocorrida ontem em assembléia que reuniu 33 dos 51 sindicatos filiados, para presidir no triênio de 1998/2001, a nova entidade que fundiu a Federação do Comércio do Paraná e a Federação do Comércio Varejista do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações aos Professores da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná, representados pela APP Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados, nos endereços que seguem: APP Sindicato, Rua Voluntários da Pátria 475, 14º andar, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná, Avenida Presidente Getúlio Vargas, 3333, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações com a população de Sarandi, pelo transcurso do 17º aniversário de emancipação política daquele importante e progressista município.

Sarandi, através da Lei nº 7.502 foi elevada à categoria de município, desmembrando-se do Município de Marialva.

Quando completa 17 anos de emancipação política, o Município de Sarandi situa-se hoje entre os mais progressistas de nosso Estado.

Requer-se que da decisão desta Casa seja dada ciência à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Sarandi, como lídimas representantes da população do município.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos à inauguração do Vilhar Palace Hotel, ocorrida no dia 21 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Superintendente Luiz Carlos Gil Fernandes, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Presidente Kennedy, 1111 - CEP 86870-000, Município de Ivaiporã / PR.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações, alusivos à sua posse na Presidência do SETCEPAR (Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná), ocorrido em 01 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Rui Cichella, através de correspondência a ser encaminhada à rua Almirante Gonçalves, 1966 - Rebouças - CEP 80250-150, Município de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Médica do Paraná, alusivos ao dia do médico, comemorado em 18 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Dr. Ronaldo da Rocha Moure Bueno, através de correspondência a ser encaminhada à rua Cândido Xavier, 575 - CEP 80240-280, Município de Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações a Euclides Scalco, pela atuação como coordenador político pela campanha de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, na Direção Geral da Itaipu Binacional, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O valoroso trabalho de Euclides Scalco na coordenação da campanha pró-reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso se mostrou eficaz, uma vez que conseguiu promover a distinção entre o Presidente e o candidato. Durante o processo eleitoral, Scalco direcionou sua ação de coordenador, através da experiência adquirida durante sua vida pública.

O sucesso da empreitada credencia Euclides Scalco para, junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, promover as ações políticas que o Brasil espera e precisa dos homens públicos.

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao desportista Peterson Rosa, surfista paranaense natural de Matinhos / PR, que foi vencedor do Rio Marathon Surf International, a etapa brasileira do World Championship Tour (WCT), realizado no Rio de Janeiro, neste final de semana.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Dr. Victor Manuel Gonçalves Barbosa, pela nomeação como Cônsul Honorário do Reino da Noruega para o Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Cônsul, Dr. Victor Manuel Gonçalves Barbosa, através de correspondência a ser encaminhada para a Rua Prof. Francisco Ribeiro, 683 - CEP 83707-660 - Araucária /PR.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

Doutor Victor Manuel Gonçalves Barbosa, cidadão português radicado no Brasil há 23 anos, é presidente para a América Latina da Novo Nordisk Bioindustrial do Brasil, importante indústria dinamarquesa instalada no País desde 1975 e desde 1988, localizada em Araucária, onde produz enzimas industriais e traz uma significativa contribuição à economia paranaense.

É também, desde 1992, Cônsul Honorário para o Paraná e Santa Catarina da Dinamarca, e como representante daquele país, tem contribuído para o fortalecimento dos laços entre os dois países. Além disso, é Embaixador (Goodwill) para Copenhague.

Por se tratar de uma pessoa de vasta cultura, detentor dos mais variados conhecimentos e diplomata nato, Dr. Victor Barbosa foi agora nomeado Cônsul Honorário da Noruega, outro país escandinavo irmão da Dinamarca. Com certeza, nessa nova função, trabalhará em busca de uma maior integração entre o Brasil e àquele País, tanto a nível de divulgação quanto aos entendimentos comerciais.

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em forma de fax, com Regime de Urgência, ao Excelentíssimo Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional; ao Excelentíssimo Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; a todos os Senhores Deputados Federais e Senadores do Paraná, bem como a todos os Líderes de Partidos políticos: PMDB, PFL, PSDB, PPB, PTB, PT, PSB, PDT, PL, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal no sentido de estudarem em conjunto a rejeição da proposta governamental sobre a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do serviço público.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Ricardo Chab, José Maria Ferreira, Beto Richa, Duílio Genari, Nereu Moura, Edson Silva Lino, Durval Amaral, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, Nelson Tureck, Hidekazu Takayama, Luiz Claudio Romanelli, Joel Coimbra, César Seleme, Luiz Carlos Alborghetti, Toti Colaço, Péricles Mello, Irineu Colombo, Orlando Pesutti e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Essa medida arbitrária e configuradora de um verdadeiro retrocesso social foi implantada durante o pe-ríodo do regime autoritário, em 1979, a pretexto de cobrir o déficit da Previdência.

Com a mudança política verificada no Brasil, a partir de 1985, o Governo do Presidente José Sarney assumiu com os segurados da Previdência, já inativos, o compromisso solene de corrigir os vícios e fraudes da Previdência de modo a restaurar o equilíbrio do sistema e não sacrificar os aposentados. No dia 1º de maio de 1986, o Presidente Sarney, encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, cancelando a contribuição dos inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira.

Os funcionários públicos durante suas carreiras foram assíduos contribuintes junto à Previdência Social. Ademais dessa parcela mais idosa da população ter adquirido o direito a uma sobrevivência condigna, mercê da poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e anciões ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como "memória social" do grupo em causa.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o direito de gozar a vida, após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc.

Recentemente a Câmara dos Deputados, rejeitou uma proposta do governo que pretendia restabelecer a cobrança previdenciária dos inativos dos três Poderes. A rejeição das pretensões do governo, deveu-se, portanto, ao parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça que julgou inconstitucional. Parece-nos não faltar exemplos, inclusive jurídicos, e de solidariedade humana aos nossos patrícios mais idosos.

Finalmente, entendemos que o déficit com a Previdência Social deve ser corrigido alcançando os sonegadores.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Faxinal do Céu, com área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Faxinal do Céu, desmembrando-o do Município de Pinhão.

“Começa na foz do Rio Pimpão com o Rio da Areia, descendo por este, limitando-se com o Município de Cruz Machado, até a foz do Rio Iguaçu; desce por este, limitando-se com o Município de Bituruna, até encontrar a foz do Lageado Grande; sobe por este até encontrar a Estrada Municipal Vila Nova do Pinhão - Cruz Machado; sobe pela referida estrada, limitando-se com o Distrito de Bom Retiro, até encontrar o Rio Pimpão; desce por este, limitando-se com o Distrito de Pinhalzinho, até a foz do Rio da Areia, ponto de partida.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste plano de lei prende-se ao interesse de toda a comunidade local, no tocante ao seu autodesenvolvimento, com as conseqüências que lhe são inerentes.

Segue, também, a filosofia de que a maior desconcentração administrativa implica em um melhor atendimento às expectativas populares.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 408/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o desconto de débitos na folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais, contraídas com estabelecimentos de

crédito, financeiras, entidades ou associações, de qualquer natureza, ou que se lhe assemelhem.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(aa) HERMAS BRANDÃO
CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Joel Coimbra e Eduardo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo na apresentação do projeto de lei é de coibir os abusos que vêm ocorrendo com relação aos funcionários públicos, que oprimidos por situação financeira difícil, se submetem a empréstimos de dinheiro, com juros escorchantes, por parte dos estabelecimentos, que atuam na área.

Diariamente, vemos nos classificados dos jornais paranaenses, anúncios, de diversas entidades oferecendo créditos, principalmente a funcionários públicos.

Sem outra alternativa, o funcionário público acaba sujeito a juros excessivos, que chegam a 15% ao mês, oferecendo como garantia, o desconto autorizado em folha de pagamento.

Tal situação, não pode continuar e, é preciso colocar um ponto final, para salvaguardar dos incautos.

Esta é a finalidade do projeto de lei, que submeto a apreciação dos nobres Pares, esperando contar com o apoio, considerando a relevância do benefício a toda classe de funcionários.

PROJETO DE LEI Nº 409/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Ortigueira, uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Ortigueira um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Ortigueira e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos da criação das CIRETRANs no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Ortigueira.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 410/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Siqueira Campos, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão, de que trata o "caput" deste artigo, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Siqueira Campos um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Siqueira Campos e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 15 anos da criação das CIRETRAN's no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante dessa situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Siqueira Campos.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista cidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 411/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Creche Martinho Lutero, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, situa-se na Rua Israel, 366, junto ao Bairro Santa Mônica, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A Associação Creche Martinho Lutero, tem por finalidade cuidar e assistir crianças carentes, filhos de empregadas domésticas, operárias, através de creche e berçário, efetuando um trabalho de altíssimo valor social, auxiliando as mães carentes da região, que trabalham fora do lar, com o objetivo de aumentar a renda familiar e necessitam deixar seus filhos em um local seguro que ajude na orientação educacional, alimentação, noções de higiene e princípios de convivência social, moral e cristã.

Entidade de caráter assistencial sem fins lucrativos, e tendo seus estatutos devidamente registrados, funciona o externato para crianças de ambos os sexos com idade entre três meses e dez anos. Conforme documentação anexa, a referida entidade atende a todos os requisitos da Lei nº 6.994/78, estando em condições de ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 412/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-

Polonesa, no Brasil - BRASPOL, com sede e foro na Cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora encaminhamos a esta augusta Casa de Leis, objetiva declarar de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa - BRASPOL, fundada no dia 27.01.90, com o objetivo de atender os anseios e aspirações, do segmento representado pelas famílias polonesas, radicadas em nosso País. A instituição em apreço, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF nº 00.142.250/0001-66, estando em pleno e regular funcionamento, face o disposto em seus estatutos.

A instituição referida, no desenvolvimento de seus objetivos presta, gratuitamente, serviços relevantes à coletividade que representa e demais segmentos daquela sociedade, além de desenvolver projetos nas áreas de educação, cultura, especialmente, esportes entre outros, inclusive, em convênio com órgãos públicos e privados, visando o bem comum e o desenvolvimento comunitário harmônico.

Face ao exposto, solicito a apreciação e aprovação do projeto de lei em epígrafe, reiterando protestos de estima e apreço.

PROJETO DE LEI Nº 413/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As dívidas ordinárias dos Programas Estaduais Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial, em processo de execução ou não, poderão ser negociadas com base no valor da avaliação de mercado feita pela instituição financeira - Banco do Estado do Paraná S/A - para valorização do bem objeto do crédito.

Art. 2º - As empresas devedoras poderão proceder a renegociação dos valores nas seguintes condições:

a) Pelo valor da avaliação de mercado do bem, a vista, com prazo de pagamento de 12 (doze) meses;

b) Pelo valor da avaliação de mercado do bem, com encargos de 6% ao ano mais Taxa Referencial - TR - aplicada mensalmente, com carência de 06 (seis) meses e prazo de amortização de 48

(quarenta e oito) meses, nas condições iniciais dos programas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo principal apresentar uma saída aos empresários paranaenses inadimplentes junto ao Banco do Estado do Paraná, que contraíram suas dívidas através dos Programas Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial.

Os programas acima referidos foram criados com o objetivo de auxiliar os donos de empresas na incrementação de seus negócios, para geração de novos empregos em nosso Estado. Dessa forma, concedeu-se crédito às empresas para que ampliassem suas instalações e adquirissem novos maquinários e novas tecnologias, visando com isso a criação de milhares de novos empregos e a melhoria das condições do trabalho daqueles já empregados.

Com a vinda do Plano Real, pacote econômico que implantou a nova moeda e as novas condições financeiras no País, muitas das previsões feitas pelos empresários não se concretizaram, gerando uma onda de inadimplência que assola o Brasil há cerca de 04 anos.

A inadimplência do consumidor, que em um primeiro momento, iludido com a falta de inflação, acabou comprando mais do que podia pagar, acabou gerando um efeito cascata de inadimplentes que desembocou na indústria, que conseqüentemente deixou de honrar compromissos e começou a dispensar funcionários.

Outra não foi a causa da inadimplência junto ao Banco do Estado do Paraná das empresas que fizeram seus financiamentos baseadas nos programas estaduais de incentivo já citados. Com o atraso no pagamento das parcelas, a forma de cálculo dos juros passava a ser feita de acordo com a tabela praticada normalmente pela instituição financeira e não mais com o subsídio do governo, o que tornou impagáveis as dívidas. Dessa forma, a renegociação proposta no Projeto de lei objeto da presente justificativa é tentar conter o desemprego galopante em nosso Estado, evitando que as empresas em débito sejam fechadas e abrindo nova possibilidade de negociação. Senão, vejamos: o Banco do Estado do Paraná tem executado as empresas inadimplentes tomando o bem dado em garantia, ou seja, a própria empresa e promovendo leilão para venda dessa empresa e dos bens nela contidos. Como o valor da dívida da empresa com o banco normalmente ultrapassa em muito o seu valor de mercado, a institu-

iação financeira faz a venda (leilão) com o preço que a empresa e suas máquinas tem no mercado.

Dessa forma, o que o atual projeto pretende é evitar que a empresa devedora feche, promovendo o Banco a renegociação da dívida pelo valor de mercado, ou seja, aquele que efetivamente a instituição iria receber. Assim, certamente estaremos contribuindo para a diminuição do apavorante desemprego que assola nosso País.

PROJETO DE LEI Nº 414/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados a emenda e o artigo 1º da Lei nº 8766 de 29/04/88 passando a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPROMAR, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Segue à apreciação dessa augusta Casa de Leis, projeto de lei, que altera a Lei Estadual nº 8766 de 29/04/98, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas.

O projeto em apreço, tem por objetivo alterar o nome da referida instituição, considerando que em data de 26/12/88, conforme publicação anexa, levada a efeito no Diário Oficial do dia 02/01/89, passou a denominar-se “Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPROMAR”.

A alteração em epígrafe está sendo solicitada no momento, tendo em vista que a instituição mencionada necessita do certificado de registro no conselho nacional de assistência social, e filantropia, bem como, demais registros em órgãos municipais, estaduais e federais, para o seu perfeito funcionamento.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

PROJETO DE LEI Nº 415/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Iniciativa, Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Iniciativa se destina Mantenedora de Casas Lares, abrigando crianças em situação de risco ou abandono, aplicando todas e quaisquer rendas ou receitas auferidas integralmente no território federal, na manutenção e desenvolvimento de suas atividades; não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto; e não oferece vantagens e benefícios, direta ou indiretamente, nem remunera seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente, pelo desempenho das respectivas funções.

PROJETO DE LEI Nº 416/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Carlos Mário da Silva Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, desde 13 de junho de 1990, filho do Juiz Achilles Teixeira Velloso e de Dona Maria Olga da Silva Velloso, foi Juiz Federal no seu Estado natal, Minas Gerais, entre os anos de 1967 e 1977; Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (1969/1971 e 1973/1975), Ministro do Tribunal Federal de Recursos (1983/1987), Ministro do Superior Tribunal de Justiça (1989/1990). Voltou a integrar, na representação do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral (1992/1996), tendo exercido a presidência deste no período de 1994 a 1996, em cuja administração foi implantado no Brasil, o voto informatizado.

Foi professor de Direito Constitucional das Faculdades de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG (1969/1977) e da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1975/

1977). É professor-titular da Universidade de Brasília, UNB, lecionando nos cursos de graduação e pós-graduação, na área de Direito Público.

Integra inúmeras entidades culturais, brasileiras e estrangeiras, destacando-se a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, a Academia Internacional de Direito e Economia, a Associação Brasileira dos Constitucionalistas e a Association Française des Constitutionnalistes. É autor do livro "Temas de Direito Público" Del Rey Editora, 1997 - 2ª tiragem. É co-autor de mais de uma dezena de livros jurídicos. Seus artigos e ensaios estão publicados em revistas especializadas, notadamente, na Revista de Direito Público, Revista Trimestral de Direito Público, Revista dos Tribunais, Revista de Direito Administrativo, Revista de Direito Tributário e Revista de Informação Legislativa. É um dos autores do Livro "La Nouvelle République Brésilienne", que integra a "Collection Droit Publique Positif", dirigida pelo Professor Louis Favoreu (Paris, Economia, 1991).

É casado com a professora Maria Ângela Penna Velloso e tem quatro filhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Antes de colocarmos a Ata em votação é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome dos Senhores Deputados, saúda a presença em nosso meio, do Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Artagnão de Mattos Leão, que nos honra com a sua presença, bem como o nosso colega Secretário ilustre Deputado José Tavares, também conosco divide a representação neste Parlamento.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado José Maria Ferreira, é uma grata satisfação, tê-lo hoje na condução da Presidência dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Uma saudação em nome da Bancada do PT, aos Deputados Estaduais, e em especial àqueles Deputados Estaduais que estiveram presentes na Coligação "Mais Paraná".

A Coligação "Mais Paraná", que teve como candidato o Senador Roberto Requião ao governo do Estado do Paraná, a nossa avaliação é positiva do processo eleitoral porque, como todos sabem, é uma demonstração inequívoca da maioria do eleitorado paranaense, de que o governo Jaime Lerner foi um desgoverno para o Estado do Paraná.

Acho que a votação expressiva, a pequena margem de votos, a manipulação dos institutos de pesquisa em torno dos candidatos de oposição ao Fernando Henrique Cardoso e a seus aliados nos estados brasileiros demonstrou que o povo brasileiro repudia a política, tanto de Fernando

Henrique Cardoso, quando aqui do Governador Jaime Lerner.

Ora, vejam Senhores! O Governador Jaime Lerner assim como o Presidente da República contava com o apoio da grande imprensa nacional e da grande imprensa do Estado do Paraná, do empresariado nacional e do empresariado internacional, o mesmo acontecendo com o Governador Jaime Lerner, 80% do Congresso Nacional envolvido politicamente na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, 80% do Congresso Nacional, Senhor Presidente. Na Assembléia Legislativa, cerca de 80% dos Deputados Estaduais da atual legislatura envolvidos na campanha de reeleição do atual Governador Jaime Lerner.

Dos Prefeitos de 390 municípios do Estado do Paraná, cerca de 387 prefeitos declinaram apoio ao atual Governador Jaime Lerner.

O empresariado paranaense, aqueles que foram beneficiários das concessões das estradas, aqueles que estão sendo beneficiados pelo gerenciamento único e exclusivo do Estado do Paraná, sob a ótica empresarial, onde o processo de privatização e terceirização está conduzindo a formação de grandes monopólios e grupos econômicos do nosso estado, declinaram e sustentaram a campanha do atual Governador Jaime Lerner.

Não queremos nem citar a fábula, a vergonhosa soma de recursos utilizados pelo governo do Estado, na ordem de 368 milhões de reais nesses quatro anos, equivalente, superior a dotação orçamentária da Administração Direta e Indireta tanto do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, responsável por 48% do PIB nacional, o Paraná gastou 20% a mais do que a soma desses três Estados, em verbas de publicidade. Não sei! Os veículos de comunicação, Deputado Alborghetti, tanto na emissora em que o senhor trabalha, quanto do Francisco Cunha Pereira, Rede Globo, manifestaram que não receberam essa soma de recursos durante esses 4 anos. Compete ao governo do Estado do Paraná dizer onde foram gastos os recursos, na ordem de 368 milhões, seja por faturas do Banco do Estado, seja pela COPEL, pela SANEPAR e pela Administração Direta da Secretaria de Comunicação.

A verdade é que o Estado do Paraná, somente por este fato e acho que o Governador Jaime Lerner demonstrou a sua incompetência, a sua má visão de gestão dos negócios públicos, das contas dos contribuintes no que diz respeito às necessidades da maioria do nosso povo. Em contrapartida, nada, do ponto de vista do seu orçamento para a agricultura familiar, nenhum centavo. Não há uma linha de crédito através do Banco do Estado do Paraná, não há mil reais nesses quatro anos que tenham sido ofertados com juros subsidiados e com carência do ponto de vista das necessidades da agricultura

familiar do nosso Estado, foi liberada pelo governo do Senhor Jaime Lerner.

Mas, em que pesem as críticas que todos já sabemos e as defesas por parte da Bancada do Governo, e que já sabemos, a realidade é uma. Os números não podem desmentir. A soma da votação do senador Roberto Requião, mais o repúdio pelo eleitorado, com os votos nulos e em branco, demonstram que o Estado do Paraná e a sua população não quer o governo do Senhor Jaime Lerner, diz "Não" a este governo. Mais ainda: Fernando Henrique Cardoso. O IBOPE e o Data Folha davam o Lula, uma semana antes das eleições com 24% das intenções de voto neste país. O Lula chega a 32% dos votos apurados neste pleito nacional. Houve uma manipulação grosseira por parte de emissoras de televisão, da mídia e dos institutos. O IBOPE é o caso mais aberrante. Apresentou a Marta Suplicy, no Estado de São Paulo, no sábado, no horário do Jornal Nacional, com 14% das preferências dos eleitores paulistas, quando que no dia seguinte, a Marta termina em segundo lugar, apenas 37 mil votos de diferença do Mário Covas para ir para o 2º Turno, uma diferença de 10% nos institutos de pesquisa. É algo surpreendente. Não foi só no Estado de São Paulo. Isso aconteceu no Rio Grande do Sul, aconteceu no Mato Grosso do Sul, onde o nosso candidato Zeca, do PT sequer iria para o 2º Turno e hoje está no 2º Turno com 60% contra 40% do candidato do PSDB. Aconteceu também no Distrito Federal, aconteceu no Amapá, onde a nossa Senadora Deputado Alborghetti, que não constava entre as eleitas, se elegeu senadora. Será que o instituto tem a capacidade de errar tanto, um instituto que está sendo utilizado por uma rede de televisão a nível nacional, com o prestígio que tem a Rede Globo, será que foi um acaso esse erro do IBOPE em 5 ou 6 Estados e notadamente os erros aconteceram com os candidatos que fazem oposição do Fernando Henrique Cardoso e o IBOPE dava que o Lula não saía dos 23 ou 24%? A diferença com o Fernando Henrique Cardoso era uma diferença monumental em relação aos números dados pela pesquisa.

Diante de tudo isso, podemos deduzir uma coisa: a vontade do povo brasileiro foi fraudada.

A vontade dos eleitores do Paraná foi manipulada pelos institutos de pesquisa e pela mídia do nosso Estado infelizmente. Por isso tenho todas as condições de chegar à conclusão de que mais do que a apertada diferença entre o Senador Roberto Requião que liderou a nossa coligação, mais do que a apertada diferença de votos, a conclusão a que chegamos é de que o povo do Paraná conseguiu fazer um pequeno raciocínio, simples, um raciocínio de que o governo do Estado, na condução pelo Senhor Jaime Lerner tem sido um péssimo governo para atender aquilo que é importante na casa das

pessoas, que é um pouco mais de segurança, um pouco mais de recursos para ajudar na produção do micro e do pequeno empresário nas cidades do Estado do Paraná e ajudar a agricultura e a agroindústria do nosso Estado, que é um pouquinho de conduta ética e transparente na condução dos negócios públicos do nosso Estado; sem falar das prioridades sociais que acho que são fundamentais na vida dos homens, como investimento na educação, na saúde, na assistência social, que acho que o Governo Jaime Lerner não tem o que falar, a única coisa que tem o que falar: uma proposta que não deu certo, que não tem amparo em nenhum raciocínio do ponto de vista do bom-senso são as Vilas Rurais, como o Governador tanto alerta desde o início do seu Governo e continua alardeando, mas que não trouxe benefício nenhum para o pequeno e flagelado homem do campo que luta por um pedaço de terra para poder trabalhar. Porque ninguém que trabalha o campo, e grande e maior parte dos Deputados aqui vieram do campo, não vão me convencer que 5 mil metros quadrados dá para um cidadão sobreviver na agricultura no Estado e no interior do Estado e no interior do Estado do Paraná. Se isso é possível estaremos na realidade reinventando a agricultura aqui no Estado do Paraná.

O que me traz a tribuna além dessas observações é dizer aos Srs. Deputados que o PT está convicto e firme de que os Partidos da Aliança que conformaram a Aliança mais Paraná devem procurar forjar um Projeto, um Projeto comum dessas forças partidárias, aqui em nível de Estado, para que possamos fazer um diálogo com o conjunto da população paranaense em função dos graves desafios enfrentar, não só em função do desgoverno desses últimos 4 anos, mas sobretudo pela irresponsabilidade da conduta econômica do Fernando Henrique Cardoso, que vai mergulhar o nosso País na mais profunda abissal recessão nunca vista na história econômica do nosso País; os cortes no orçamento já estão sendo anunciados a agricultura acaba de perder, previsão para o orçamento de 1999, mais de 02 bilhões de Reais; o orçamento para a educação sofrerá um corte profundo, a área de segurança, do qual militam vários Deputados aqui presentes, será outra área duramente atingida; assim como a outra medida exigida pelo Fundo Monetário Internacional é o aperto das contas públicas, isto é, o aperto das contas públicas, além do corte de gastos teremos uma elevação de receita, quer dizer, arrochando ainda mais a base produtiva do nosso País, seja do ponto de vista dos micro, pequenos, médios e grandes, empresários com a majoração de impostos, seja da população como um todo, porque o corte também virá no imposto e nós não temos a contraparte da recessão, sabemos qual é, porque o País de certa maneira já vive uma estag-

nação do ponto de vista econômico; nós sabemos qual será: Será a demissão, será o desespero, serão os conflitos sociais se aglutinando no nosso País, e vamos precisar que os Partidos Políticos minimamente comprometidos com uma vida melhor para o nosso povo do Paraná e para o nosso povo do nosso País, que os Partidos comprometidos com essa visão possam ofertar no dia-a-dia uma proposta crítica, uma proposta alternativa, alertar o povo brasileiro de que existem outros caminhos, de que existe uma outra possibilidade de que nós podemos gerir os negócios do Estado trazendo uma vida melhor para o nosso povo.

A lógica de todo o governante que tem uma premissa autoritária é aquele de todo governante, que é aquela de estabelecer para o conjunto da população, só existe essa saída, não existe outra saída, esta é a lógica do poder, esta é a lógica que autojustifica aqueles que estão no poder, é como se perguntássemos para o Governador Jaime Lerner: “Mas, Governador por que o senhor fez isso?” Ele vai dizer e tentar nos convencer de toda ordem, com uma série de números, dizendo o seguinte: “Olha, só dava para fazer isso, só pudemos fazer isso!! E o Fernando Henrique Cardoso desenvolve esta lógica, tenta com isso ideologicamente conformar culturalmente a nação inteira. Então, tenho visto intelectuais, tenho visto pessoas de bom conhecimento, de bom nível intelectual aceitando os argumentos do Fernando Henrique Cardoso e da sua turma que governa o Palácio Central, só existe esse argumento, não existe outra saída para o Brasil. A saída para o Brasil é aceitar “ipsis litteris” o que o consenso de Washington formulou e o que o Fundo Monetário Internacional determinou do ponto de vista operacional para as economias emergentes, e em todo Mundo, não existe nenhuma alternativa em nenhum campo nem na pequena agricultura, nem no campo da educação, nem na campo da saúde, não existe outra alternativa, existe somente essa.

Então, por isso, estamos conduzindo bem o País, porque no futuro, talvez um futuro não tão distante, no futuro o Brasil vai poder competir com os povos mais avançados, não sei como vai competir, porque a lógica de tudo isso se justifica por uma única razão: de que um dia os empresários nacionais, Deputado Horácio, possam produzir algum produto que tenha condições de competir com mercado global internacional.

Ora, se a economia no planeta é, cada vez mais, uma economia de escala, isto é, produção de milhões e milhões de qualquer artefato, de qualquer produto porque o paletó que posso vender em Curitiba, tenho que pensar em vendê-lo em Xanguai, na França, na Indonésia, em qualquer lugar.

Então, a economia é de escala para todos os produtos, este é o efeito da globalização que esta-

mos assistindo. Se a economia é em escala, me pergunto:

Com a desregulamentação da economia que o Fernando Henrique vem fazendo, com a destruição do Parque Industrial que o Fernando Henrique vem fazendo por duas razões: uma pela abertura indiscriminada de produtos estrangeiros no nosso País, via de regra a maioria destes produtos de baixa qualidade e, em segundo lugar, pelas altas taxas de juros e por levar a economia brasileira para a recessão eu me pergunto: Qual o ramo da economia nacional que nos próximos trinta anos, poderá competir com produtividade, competência e qualidade, assumindo aqui o discurso dos neoliberais porque é competência, é qualidade e é eficiência.

Qual o ramo da economia brasileira que poderá competir no mercado global internacional com os franceses, holandeses, alemães, japoneses e americanos? Não conheço. Só se for o ramo de grampo de roupa.

A nossa agricultura, num País que tem vocação agrícola, terras enormes, férteis, está sendo destruída. Há três anos seguidos a nossa produção de grãos vem decrescendo do ponto de vista da sua capacidade.

No Paraná, ramos inteiros da agricultura foram destruídos nos últimos quatro, cinco, seis anos.

É o caso do algodão, do trigo, e o Deputado Orlando Pessuti conhece muito bem porque é da Comissão da Agricultura e sabe da situação do nosso Estado.

Então, a proposta que estamos trazendo para os Partidos que conformaram a Aliança “Mais Paraná”, PDT, PMDB, PCdoB e outros é de que consigamos formar um núcleo vivo e atuante destes partidos para que, em conjunto com nossas discussões nacionais, possamos daqui para frente ofertar para o povo brasileiro um diálogo de alto nível do ponto de vista das soluções dos problemas do Estado do Paraná e do povo brasileiro.

Outra questão que me traz aqui, Senhor Presidente, é uma questão gravíssima e eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados.

Está presente aqui, uma jornalista funcionária da Procuradoria Geral de Justiça, a Maria da Graça. Ex-Vereador e atual Deputado Horácio Rodrigues conhece muito bem porque ela foi jornalista e também assessorou lá na Câmara de Vereadores.

A Maria da Graça sofreu um acidente do ponto de vista de uma cirurgia que fez na coluna, e devido a isto está impossibilitada de se locomover, necessitando de uma cadeira de rodas. Este processo está sendo acompanhado por renomados médicos, mas ela é funcionária pública concursada da Procuradoria Geral de Justiça, e está sofrendo uma aberração nos seus direitos de cidadã. Ela está

sendo vítima de um processo sumário de demissão do seu cargo conquistado através de concurso na Procuradoria Geral de Justiça.

Então, a Maria da Graça vem a esta Assembléia Legislativa requerer aos Senhores Deputados que intercedam a seu favor para que se ache uma solução para o seu problema que é um problema do ponto de vista da sua capacidade de locomoção ao ambiente de trabalho, justificado, com amparos legais, com amparos médicos e tudo aquilo que se necessita para a justificativa da sua condição.

Então, é neste sentido que estou pedindo, através de um requerimento, que o Procurador Geral de Justiça compareça à Assembléia Legislativa para esclarecer e discutir com a Comissão de Direitos Humanos o caso da jornalista que é funcionária da Procuradoria Geral de Justiça e está sendo ameaçada de demissão do seu cargo tendo a possibilidade de trabalho justificada porque até hoje, desde o dia da sua operação está impossibilitada de se locomover e comparecer ao trabalho. E, está sendo demitida.

É uma agressão aos direitos do cidadão, aos direitos de qualquer ser humano.

Neste sentido, Senhor Presidente, não estamos fazendo nenhuma acusação ao Governo. Como temos o processo e a ameaça de demissão é verdadeira - está aqui no dossiê. Estamos requerendo a presença do Procurador Geral de Justiça para vir conversar e depor sobre este assunto na Comissão de Direitos Humanos. Estou neste requerimento e gostaria que V.Exa. o colocasse em votação, porque é importante que nós possamos solucionar este caso. Porque a Maria da Graça além de não poder trabalhar hoje, mas amanhã ou depois poderá, porque poderá se recuperar, mas ela poderá ser vítima de uma grande agressão pelo Estado do Paraná a uma pessoa.

Não podemos permitir que logo no Estado do Paraná e esta Assembléia que votou leis do ponto de vista dos direitos humanos, significativos e importantes para o aperfeiçoamento da democracia no nosso Estado, como a Lei do Deputado Beto Richa, que prevê a indenização do poder do Estado aos homens e mulheres que forem vítimas da violência no período da ditadura militar. E, sem dúvida nenhuma é uma Lei que só cresce, fundamenta e enaltece o Poder Legislativo do Estado do Paraná e o Governo do Estado, quando reconhece o papel do Estado naquele período negro da história do nosso País.

Por isso, faço um apelo aos Senhores Deputados, que votem favoravelmente para que o Procurador Geral da Justiça possa comparecer à Comissão de Direitos Humanos e dar as explicações para que possamos conversar e achar uma solução para o caso da Maria da Graça.

Era isso Senhores Deputados.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Encerrado o Horário dos Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB; PTB (**Declinam**).

PT. Já foi usada a palavra.

PMDB; PFL (**Declinam**).

Liderança do Governo (**Declina**).

Encerrado o horário das lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoioamento dos Srs. Deputados Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoioamento dos Srs. Deputados Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Hermas Brandão e Caíto Quintana, com apoioamento dos Srs. Deputados Eduardo Trevisan e Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 039/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera redação dos incisos I e IV, do Art. 2º, da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, que institui o Fundo Paranaense de Mineração. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 039/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação dos incisos I e IV, do art. 2º, da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º....

I - da cota pertencente ao Estado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

II -...

III -...

IV - do valor referente ao total dos depósitos mantidos na conta da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e dos rendimentos referentes à movimentação dessa conta;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.09.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 273/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Usina de Conhecimento Central, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 273/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Usina de Conhecimento Central com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.10.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 283/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à União dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 283/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense de Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, com área de 1.291m², contendo uma casa em alvenaria com 03 (três) pavimentos, na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, nº 1.157, esquina com a Rua João Manoel, objeto da matrícula nº 15.196, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será cedido à União Paranaense dos Estudantes - UPE, para ali instalar sua sede administrativa, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a entidade cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.10.98.
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 284/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Paranaguá, parte de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na sede urbana daquele Município, de frente para a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, com área aproximada de 167.850,00m², objeto de parte das transcrições nºs 1.369, do livro 3-C; 1.439, do livro 3-C; 1.368, do livro 3-C; 7.855, do livro 3-H; 7.854, do livro 3-H; 1.839, do livro 3-D e 1.992, do livro 3-D, todas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será cedido ao Município de Paranaguá, para que ali sejam instalados e mantidos em funcionamento Equipamentos Urbanos, podendo o mesmo ser retomado a qualquer momento pelo Estado, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, o cessionário, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - A instalação dos equipamentos urbanos previstos no art. 2º desta lei, deverá obrigatoriamente seguir parâmetros contidos no Plano Básico da Zona de Proteção de Aeródromo da Portaria nº 1.141/GM5, de 08 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e do contido no Ofício nº 049/SERENG-5/457, de 25 de março de 1998, do Serviço Regional de Engenharia do Quinto Comando Aéreo Regional do Ministério da Aeronáutica, anexo ao protocolado nº 3.594.421-4.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.10.98.
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 322/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, que institui a

Agência de Desenvolvimento Paraná S.A. **Apro-**
vado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 322/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados o parágrafo único do art. 3º e o art. 5º, da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 3º -.....

Parágrafo Único - Pelo menos 25% (Vinte e cinco por cento) dos recursos serão destinados à concessão de financiamento ou operações de garantia de crédito (aval) para os micros, pequenos e médios empreendedores, que atuam nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços, instalados no território paranaense”.

Art. 5º - A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná -FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná -FAEP, e Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.10.98.
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a AGROCAMPO - Associação dos Produtores Rurais de Campo Largo, com sede e

foro no Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/97, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, Estadual, a Associação dos Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Logistas do Comercio Varejista de Gênero Alimentícios, de Maquinismos, Ferragens, Tintas, Materiais Elétricos e Eletrodomésticos de Maringá - SILVAMAR, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. VIDA - Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras de Pato Branco - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Vila Rural Francisca Ferreira Borges, do Distrito de Sertãozinho, no Município de Engenheiro Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Rosa, com sede e foro no Município de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Encontra-se em nosso meio o ilustre Deputado reeleito Ricardo Barros, ex-Prefeito de Maringá, que nos honra com a sua presença e com a sua atuação em defesa dos interesses do Paraná. Seja bem-vindo e esteja à vontade, juntamente com os seus familiares e amigos.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1605 a 1607, 1610 a 1613, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1608, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, com apoioamento dos Srs. Deputados Ricardo Chab, Irineu Colombo, Toti Colaço e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1609, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1615, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1614, 1617 e 1632, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1620, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1625, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1626, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1631, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1633, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1634, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

É com grande prazer que anunciamos em nosso Plenário a presença do Dr. Tomé, responsável pelo DECON, na região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, acompanhado pelo ilustre construtor, Dr. Tozetto, que nos honram com suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 136, 532, 726/97, 228 e 257/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 123, 203, 268, 274 e 325/98.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/98

conceder aposentadoria, a pedido, a MARCOS CAMARGO DE LIMA, matrícula nº 40.430, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 35, inciso III, letra "c", da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais a seu cargo efetivo; e mais dois (02) quinquênios, de acordo com o art. 170 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Proposição nº 7.894/91 do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 16, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 1866/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/98

conceder, a IVETE VERÔNICA SCARIOT, matrícula nº 40716, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Enfermeira nível E-03, prestando serviços na Coordenadoria de Serviços Médicos da Casa, a partir de 1º de setembro de 1998, licença especial de três (03) meses, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 7453/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/98

conceder, a LUIZ HENRIQUE MONTEIRO, matrícula 40.259, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Compositor de Sistema Polymax nível 63, prestando serviços na Coordenadoria da Gráfica, a partir de 1º de outubro do corrente ano, licença especial de três (03) meses, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas

funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 8764/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/98

conceder, aposentadoria compulsória, por invalidez, de acordo com os artigos 139; 224 e parágrafo único e 225 da Lei nº 6.174/70, a NILZA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40025, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) quinquênios, conforme o artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultado em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 07 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 8597)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.98.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 1º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 84/98

conceder, licença ao servidor ACIOLY BATISTA, funcionário deste Poder Legislativo, sessenta dias (60), a partir de 07.10.98 a 06.12.98, por motivo de saúde.

(Prot. nº 9199/98)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.10.98.

PORTARIA Nº 85/98

colocar, à disposição da Universidade Federal do Paraná, o servidor Doutor ARLETO ZACARIAS SILVA JÚNIOR, funcionário deste Poder Legislativo, para prestar serviços junto à disciplina de Cirurgia Cardiovascular do Hospital de Clínicas, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 8597/98)

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.10.98.

(a) ABIB MIGUEL